

APETRO, 9 de Abril de 2013, Lisboa

Crescimento e Emprego em primeiro lugar: Indústrias de Energia Intensiva alertam para os impactos na competitividade das alterações propostas à EU ETS (Diretiva do Comércio Europeu de Licenças de Emissão - CELE)

O aumento de preços do CELE visado pela Comissão através de uma intervenção de curto prazo irá aumentar ainda mais os preços da energia e, paralelamente, o desequilíbrio competitivo entre as Indústrias de Energia Intensiva da UE e as do resto do mundo. A revisão da Diretiva CELE que deveria deixar mais espaço para a intervenção da Comissão quanto à calendarização dos leilões, também induz a uma maior incerteza para a indústria. Portanto, a Aliança de Indústrias de Energia Intensiva exorta os membros do Parlamento e os representantes dos Estados-Membros a rejeitarem esta proposta, que irá alterar a natureza do CELE. Se for aprovada, esta proposta não vai evitar encerramentos nas indústrias de transformação nem a “fuga de carbono”, mas sim levar à deslocalização dos seus investimentos para fora da Europa.

Em consequência das divergências de fundo entre as Comissões do Parlamento Europeu da Indústria e do Ambiente, todos os deputados do Parlamento Europeu serão convidados a votar a proposta da Comissão que altera a Diretiva CELE e que deverá levar a uma mudança na calendarização do leilão das licenças de emissão (o chamado "back-loading").

A Aliança das Indústrias de Energia Intensiva, representando atualmente mais de 30.000 empresas e empregando diretamente mais de 2,5 milhões de pessoas na UE, exorta o Parlamento Europeu e os Estados-Membros a rejeitarem a proposta da Comissão pelas seguintes razões:

- **O aumento nos custos do CELE vai elevar os custos operacionais das indústrias transformadoras** que emitem CO2 diretamente. Apesar do alívio parcial através de licenças gratuitas, isso vai afetar a competitividade;

- **Um aumento artificial dos preços do CELE vai elevar os preços da eletricidade**

Os custos impostos aos fornecedores de eletricidade serão, inevitavelmente, passados para os consumidores privados e industriais através de preços de energia mais elevados. No caso dos consumidores industriais de energia, uma análise recente da Comissão destacou que os custos de energia (eletricidade) na UE são duas vezes mais caros do que em regiões concorrentes, como os EUA, a Coreia ou o Canadá. Uma intervenção de curto prazo, com a intenção evidente de aumentar artificialmente os custos do CELE, irá aumentar ainda mais essa desvantagem competitiva, pois a indústria europeia não pode compensar estes custos adicionais.

- O aumento da incerteza para os investidores também irá atrasar ainda mais a recuperação económica

Em face de encerramentos recentes de fábricas, de reestruturações e de lay-offs, em toda a cadeia de valor da indústria transformadora europeia, a UE deve evitar intervenções que possam aumentar a carga de custos da sua base económica e que tornem a política climática menos previsível. A indústria europeia tem-se debatido por quase quatro anos, com condições de recessão provocadas pela crise financeira e económica. O desemprego subiu para 25,9 milhões, isto é 10,7 % na UE-27 em dezembro de 2012, um nível historicamente elevado.

Os investimentos são muito necessários para revigorar a produção industrial e restabelecer o crescimento mas, a proposta da Comissão para intervir no mercado, criaria um quadro que deixaria de oferecer segurança jurídica.

Qualquer ajustamento estrutural do CELE deve ser o resultado de uma profunda revisão de objetivos de longo prazo, tendo uma visão mais ampla do clima, energia, fatores industriais (ou seja, a viabilidade técnica e económica), e tendo em consideração a situação global.

- A proposta de alteração do CELE é desnecessária dado que os objetivos climáticos da UE serão alcançados na mesma.

O objectivo de redução das emissões de carbono da UE para 2020 será alcançado, até mesmo a baixo preço, devido ao número limitado de licenças, que representam o limite máximo global do CELE. Atualmente, o preço do carbono reflete a crise económica, exatamente como deverá ser.

- As Indústrias de Energia Intensiva mantêm o seu apoio ao CELE como um instrumento fundamental na ambição climática da Europa.

Ao rejeitar o “back-loading”, a Aliança quer garantir que o CELE permanece como inicialmente previsto, um instrumento custo-eficiente baseado nas regras do mercado, e que a sua natureza não é alterada. A revisão da Directiva do CELE, tal como proposto pela Comissão, daria poder discricionário adicional e injustificado à Comissão.

As Indústrias de Energia Intensiva estão prontas para participar na criação de um quadro que tenha em conta as ambições da UE para além de 2020 e que contemple o cenário a longo prazo.

Para mais informações, contactar a Apetro através de:

Email: apetro@apetro.pt

Telefone: 21 3844065